

POLÍTICA

Para vice, o presidente da Constituinte.

A idéia é de Ulysses Guimarães e faz parte de uma emenda constitucional que ele deixou ontem com as lideranças, pouco antes de viajar para Boston.

Ass

O presidente da Assembléia Constituinte seria o vice-presidente da República, como primeiro na linha hierárquica para substituir o presidente José Sarney nos seus impedimentos. Depois dele viriam o presidente da "comissão representativa" e o presidente do Supremo Tribunal Federal. A "comissão representativa" teria as funções de Poder Legislativo ordinário, durante o funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte.

Estas inovações constam da proposta de emenda constitucional que Ulysses Guimarães deixou ontem com as lideranças, pouco antes de viajar aos Estados Unidos, onde fará exames médicos, em Boston. Os líderes do PMDB e do PDS, Pimenta da Veiga e Amaral Neto, foram os primeiros signatários. Com sua iniciativa Ulysses reiniciou a polêmica em torno do funcionamento simultâneo da Câmara e do Senado (e do Congresso) com a Assembléia Constituinte, a partir de 1º de fevereiro de 1987.

Alguns dos que assinaram a emenda Ulysses admitiram que o fizeram "como homenagem" ao presidente (licenciado) da Câmara. E não concordam com a tese de a Câmara e o Senado serem substituídas, mesmo temporariamente, por uma "comissão representativa" de deputados e senadores. Além disso, acham que deve ser atribuição da própria Constituinte disciplinar o seu funcionamento e o funcionamento do Legislativo ordinário.

A idéia de Ulysses é antiga. Ele sempre comentou que seria inconveniente o funcionamento simultâneo, em 1987, da Assembléia Constituinte, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e, eventualmente, do Congresso Nacional (Câmara e Senado reunidos). Todas as câmaras funcionariam no mesmo edifício, valendo-se dos mesmos funcionários. Haveria, também, a eleição de três presidentes — da Constituinte, do Senado e da Câmara —, da Mesa do Congresso e a do Senado.

Dificilmente a proposta de Ulysses Guimarães será acolhida. Os deputados e senadores não pretendem abrir mão de suas atribuições normais e, ao mesmo tempo, exercer o mandato de constituintes. Deputados e senadores querem eleger as respectivas Mesas Diretoras normalmente, para o período 1987/88. Já há candidatos em discreta campanha nas duas Casas, para presidente.

O presidente do Senado e do Congresso, José Fragelli, por exemplo, não concorda com a tese de Ulysses de transformar o presidente da Assembléia Constituinte em substituto de Sarney. Como ninguém ignora, Ulysses Guimarães, candidato à reeleição a deputado federal pelo PMDB paulista a 15 de novembro, será candidato a presidente da Assembléia Constituinte. Salvo imprevistos.

Se prevalecer a emenda Ulysses, em 1987 funcionaríamos a Assembléia Constituinte, para cumprir sua missão específica —

elaborar a nova Carta Constitucional do País, e a "comissão representativa", de 72 membros (deputados e senadores), que exerceria as funções atuais do Congresso, da Câmara e do Senado. Seria o Poder Legislativo ordinário, para discutir e votar projetos de leis ordinárias.

A proposta faz duas ressalvas: será da competência do plenário da Assembléia Constituinte julgar o presidente da República e os ministros de Estado nos crimes de responsabilidade; e processar e julgar os ministros do Supremo Tribunal Federal e o procurador-geral da República, nos crimes de responsabilidade — atualmente de competência privativa do Senado.

Além dos atuais, os futuros deputados e senadores também não aceitariam abrir mão de suas atribuições. Os atuais parlamentares acham que não seria conveniente delegar a uma comissão especial, por exemplo, a aprovação de embaixadores e ministros dos tribunais superiores, autorização

de empréstimos externos, votação do orçamento, entre várias outras atribuições, inclusive aprovar as contas do presidente da República.

Do ponto de vista político-parlamentar, haveria muitas dificuldades, neste ano, para o Congresso discutir, votar e aprovar a emenda Ulysses. Seriam necessários votos favoráveis de 320 deputados e 46 senadores — dois terços de cada Casa. Em ano eleitoral não haveria "esforço concentrado" capaz de reunir tanta gente em Brasília, mesmo por algumas horas.

O presidente licenciado da Câmara e do Senado, porém, conta, desde logo, com um aliado — o líder do PMDB e do governo, deputado Pimenta da Veiga. Na sua opinião, durante os trabalhos da Assembléia Constituinte será reduzida a atividade legislativa e, portanto, a idéia da "comissão representativa" merece estudo aprofundado.

Flamarion Mosar



Ulysses reuniu-se...

... com os líderes dos partidos

... e viajou para os EUA.

O Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic) — integrado pelas Igrejas Católica, Cristã Reformada, Episcopal, Evangélica de confissão luterana e Metodista — aprovou ontem, em Porto Alegre, um documento declarando que, diante da "reconhecida hegemonia conservadora" no atual processo de formação da Assembléia Nacional Constituinte, "importantes esforços devem e podem ser realizados no âmbito eclesial". E cita como exemplo a promoção de reuniões "dos vários setores da população" não apenas para discutir "propostas específicas" que devam integrar a nova Carta, mas também "para orientar sobre a escolha dos candidatos à Constituinte, destacando-se a importância daqueles que já demonstraram seu claro compromisso com as lutas do povo".

O documento acusa o governo de criar "mecanismos que limitam a participação popular" na Constituinte — como a convocação de um "Congresso Constituinte" em lugar de uma Assembléia "livre e soberana", e a exclusão "dos diversos setores populares organizados" da comissão de "notáveis". E afirma que, entre os setores que pressionam "para não permitir que haja na nova Constituição uma opção preferencial pelo social e pelos carentes", estão latifundiários que, "na defesa de suas terras, praticam assassinatos e compram constituintes", empresários nacionais e estrangeiros e até "grupos religiosos ultraconservadores, baluartes intransigentes e sacramentalizados do 'capitalismo selvagem', que não admitem que na nova Constituição haja pontos favoráveis a um sistema econômico menos injusto e mais participativo".

No tópico intitulado "Evangelizar a po-

A Igreja conclui que deve influir na Constituinte

A decisão foi tomada pelo Conic (Conselho Nacional das Igrejas Cristãs), diante do que chama "hegemonia conservadora" no processo de formação da Constituinte.

lítica", o documento aprovado pelo Conic destaca que "a Igreja sente como seu direito e dever encarnar-se, em meio aos desafios e aspirações do seu tempo, rumo à construção do reino (de Deus), porque o cristianismo deve evangelizar a existência humana em sua totalidade, inclusive a dimensão política". No processo de escolha dos candidatos, durante as reuniões populares promovidas no âmbito eclesial, prossegue o documento, mesmo reconhecendo-se que "não haverá democracia estável sem partidos fortes e enraizados nos interesses populares, no atual estágio da democratização em nosso País mais importante que as filiações partidárias ou religiosas são os compromissos e testemunhos dos candidatos com a causa do povo".

As cinco Igrejas que compõe o Conic manifestam, ainda, disposição de apoiar "manifestações populares para levar à ruas, às praças, e aos campos, temas importantes como reforma agrária, salário justo, organização sindical, Lei de Greve, estabilidade

no emprego, condições dignas de existência, dívida externa, segurança nacional e outros problemas relevantes da sociedade brasileira, que devem ser objeto de debates, estudos para, ao final, serem incorporados ao novo texto constitucional".

Elaborado pela Coordenadoria Eclética de Serviço, o documento ontem aprovado pelo Conic ressalta haver em todo o País uma "grande distância entre as conversas e opiniões do povo da roça e das favelas e o processo constituinte". Observa que, "além das pressões limitativas à ampliação dos debates, grande parte da população vê-se absorvida somente no trato de sua situação mais imediata e concreta de fome, desemprego, desabrigo, doença, abandono".

Em entrevista após a reunião do Conic, o presidente da entidade, d. Ivo Lorscheiter, também presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), sustentou que nas reuniões populares promovidas pelas Igrejas para tratar da escolha dos candidatos à Constituinte não serão citados nomes de candidatos nem de partidos. Segundo d. Ivo, haverá apenas debates sobre quais princípios seriam os mais convenientes para integrar a nova Constituição. Argumentou que nem o povo gostaria que a Igreja "avançasse demais, indicando candidatos", nem a Igreja pretende reeditar a Liga Eleitoral Católica — que fez ampla campanha eleitoral na Constituinte de 1934. Disse ainda, não haver fundamento nas acusações de que amplos setores da Igreja estariam engajados no PT. Prova disso, sustentou, são os próprios resultados das últimas eleições: "Se as comunidades eclesiais de base estivessem tão maciçamente apoiando o PT, ele teria feito muito mais votos".